Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - CEP 85.350-000

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações e parecer jurídico, resolve:

- a) Nr. Processo 100/2024
b) Nr. Licitação 13/2024
c) Modalidade Processo dispensa
d) Data de Homologação 07/06/2024
e) Objeto da Licitação FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Empresa vencedora: DANIELI NIARY DA SILVA ME
CNPJ 11.387.352/0001-68
RUA PLATÃO 1592 Quedas do Iguaçu-PR
CEP 85460-000

Table with columns: Lote, Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like BLOCO ATENDIMENTO MÉDICO, BLOCO BOLETIM DIÁRIO, etc.

Table with columns: Lote, Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like atendimento, papel sulfite 75 gramas, BLOCO HISTÓRICO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO, etc.

Table with columns: Lote, Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes item: MEDICAMENTOS Especificações: Rolo etiqueta auto-adesiva para medicamentos.

RS 4.576,00 (Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Seis Reais).

Nova Laranjeiras/PR, 07 de junho de 2024.
FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - CEP 85.350-000

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações e parecer jurídico, resolve:

- a) Nr. Processo 86/2024
b) Nr. Licitação 20/2024
c) Modalidade Pregão
d) Data de Homologação 07/06/2024
e) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS NO MUNICÍPIO.

Empresa vencedora: LABORATORIO PADRE JOSE DE ANCHIETA LTDA
CNPJ 06.068.694/0001-85
RUA GUARANI, 1633 Toledo-PR
CEP 85900-190

Table with columns: Lote, Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like ACIDO FOLICO, ACIDO URICO, ALBUMINA PLASMÁTICA, etc.

Nova Laranjeiras/PR, 07 de junho de 2024.
FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Table with columns: Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like TRANSFERRNA, LACTATO DERSIDROGENASE, MAGNESIO, etc.

Table with columns: Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like P C R - PROTEINA C REATIVA, TOXOPLASMOSE AVIDEZ-IGG, TOXOPLASMOSE IGG - MEIA, etc.

Table with columns: Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like TEMPO DE SANGRAMENTO, TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL - T P A, TIPAGEM SANGUÍNEA, etc.

RS 78.691,00 (Setenta e Oito Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais).

Nova Laranjeiras/PR, 07 de junho de 2024.
FABIO ROBERTO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 25/2024. Objeto: Contratação de empresa para acolhimento institucional de longa permanência para pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas com ou sem deficiência. Prazo: de 04 de junho de 2024 a 03 de junho de 2025.

Table with columns: CONTRATO Nº, CONTRATADA, CNPJ nº, VALOR TOTAL ANUAL RS. Includes items like HOPE RESIDENCIA TERAPEUTICA JARDIM, INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA CRISTO REY LTDA.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
PARECER DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA; conforme discriminado no objeto do presente edital.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024

Table with columns: Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like MARMITA 650 GRAMAS - REFEIÇÕES PORCIONADAS TIPO "MARMITEX", etc.

VALOR TOTAL DOS ITENS 164.670,00

(cento e sessenta e quatro mil seiscentos e setenta reais).

Table with columns: Item, Descrição, Marca, Un, Quant, Preço, Preço total. Includes items like MARMITA 650 GRAMAS - REFEIÇÕES PORCIONADAS TIPO "MARMITEX", etc.

VALOR TOTAL DOS ITENS 155.328,72

(cento e cinquenta e cinco mil trezentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos)

Table with columns: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº, DETENTORA, CNPJ nº, VALOR TOTAL ESTIMADO RS. Includes items like AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA, EMBALAGENS IMPRESSOS VITORIA LTDA, etc.

Coronel Vívda, 05 de junho de 2024. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2024
O MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA, por meio da Pregoeira e do Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio, comunica aos interessados o processo licitatório Pregão Eletrônico nº 29/2024, tipo menor preço por item, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE HIGIENE, CONFORME DELIBERAÇÃO 078/2022-CE/CAVPR, cuja sessão para abertura das propostas e disputa de preços está marcada para o dia 07 de junho de 2024, às 08h e 09h, que o pregão está TEMPORARIAMENTE SUSPENSO para correções e alterações ao mesmo, diante do pedido de esclarecimento requerido e resposta da Secretaria de Assistência Social. Após as alterações necessárias, será publicado o novo edital, respeitando-se os prazos legais de publicidade, com nova data para abertura da sessão. O processo Pregão Eletrônico na íntegra e edital está disponível nos sites www.bnc.org.br e www.coronelviva.pr.gov.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vívda, 06 de junho de 2024. Iana Roberta Schmid, Pregoeira. Juliano Ribeiro, Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
REABERTURA DE PRAZO E ALTERAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024
O Município de Coronel Vívda, Estado do Paraná, torna pública a reabertura de prazo para a realização do Pregão Eletrônico nº 27/2024, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA. Fica alterada a redação do item 5, subitem 5.4, alínea "f" para: "Empresa que se encontre sob falência ou dissolução. Fica alterado o prazo para cadastro das propostas para até as 08h do dia 27 de junho de 2024. Abertura das propostas após as 08h do dia 27 de junho de 2024. Início da disputa de preços às 09h do dia 27 de junho de 2024. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 180.187,50. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital alterado está disponível nos sites www.coronelviva.pr.gov.br ou www.bnc.org.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vívda, 07 de junho de 2024. Juliano Ribeiro, Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Non-finnja que não vê!
Fique atento aos sinais de abuso sexual.
Uma criança pode estar sofrendo!
Denuncie Disque 100
Correio DO POVO DO PARANÁ

* Não pode ser vendido separadamente
Suplemento integrante da edição 4405 do Jornal Correio do Povo do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND
Estado do Paraná
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000
CNPJ: 95.837.822/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122
http://www.virmond.pr.gov.br

DECRETO Nº 063/2024
O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Table with 3 columns: NOME, CPF, CARGO. Row 1: ANGELINA ROSA, 084.971.889-93, CHEFE DE DIVISAODE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, em 07 de junho de 2024.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - eqs. Av. Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.204-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

ENTE PÚBLICO: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO REGIONAL R.C.A RIO DO TIGRE, CAMPO VERDE E ALTO ALEGRE CNPJ nº 08.518.513/0001-23, representante Sr. DEONISIO SAMVSKI, CPF nº 575.215.149-04.

DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Acordo de Cooperação.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - Cx. Postal 121 - 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO FINAL DAS ENTIDADES CLASSIFICADAS
Associação de Proprietários e Moradores de Boa Vista 16.622.835/0001-13
Clube de Mães Esperança 78.682.879/0001-96
Clube de Mães Frei Galvão 15.582.128/0001-88
Clube de Mães Nossa Senhora do Belém 04.277.572/0001-73
Associação Laranjeirense de Micro e Pequenos Agricultores Rurais 16.416.093/0001-09
Associação Unidos de Vila Rural 03.630.288/0001-76
Associação da Feira do Produtor Rural de Laranjeiras do Sul 04.779.382/0001-54
Associação Passo Firme 09.077.924/0001-60
Clube de Mães da Paz 06.098.270/0001-87
Associação dos Agricultores de Campo Mendes 05.396.471/0001-84
Clube de Mães Anjo da Guarda 03.532.490/0001-65
Associação de Moradores da Vila São Miguel 05.343.137/0001-62
Clube Integração Troca de Experiências União Entre Amigos 00.661.461/0001-05
Associação dos Criadores de Ovinos de Laranjeiras do Sul 14.598.134/0001-60
Associação dos Artesãos de Laranjeiras do Sul 78.122.587/0001-07
Associação São Sebastião de Moradores e Produtores Rurais de Faxinal Grande 03.077.814/0001-12

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. Av. Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.204-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

SUMULA: DECLARA E RECONHECE COMO ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RINÇÃO GRANDE".
A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

Art. 1º. Declara e reconhece como entidade de utilidade pública municipal a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RINÇÃO GRANDE", entidade de utilidade pública, sem fins lucrativos, fundada em 02/09/2010, com foro jurídico na comarca de Laranjeiras do Sul-PR, diretoria regularmente constituída, Estatuto Social próprio, com prazo indeterminado de duração e inscrita no CNPJ sob nº: 12.565.506/0001-27.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. Av. Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.204-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

SUMULA: DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SUPORTE PARA ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE RADIOCOMUNICAÇÃO - ETR DE PEQUENO PORTE, CADASTRADA NA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL VIGENTE NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL-PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

Art. 1º. O procedimento para a instalação no município de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, cadastradas, autorizadas e em homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL, fica disciplinado por esta Lei.

Art. 2º. Para os fins de aplicação desta lei, nos termos da legislação federal vigente, observam-se as seguintes definições:
I - Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações.

III- Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte - ETR de Pequeno Porte: conjunto de equipamentos de radiofrequência destinado a prover ou aumentar a cobertura ou capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações para a cobertura de determinada área, apresentando dimensões físicas reduzidas e que seja apto a atender aos critérios de baixo impacto visual, assim considerados aqueles que observem os requisitos definidos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.480, de 14 de setembro de 2020.

IV- Infraestrutura de Suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a instalação de redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas.

VI- Prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração dos serviços de telecomunicações.

VII - Torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, trilegiada, que pode ser dotada de autoalimentação e autossustentação.

VIII - Poste: infraestrutura vertical cônica e autoalimentada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar equipamentos de telecomunicações.

IX- Poste de Energia ou Iluminação: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar também os equipamentos de telecomunicações.

X - Antena: dispositivo para irradiar ou capturar ondas eletromagnéticas no espaço;
XI- Instalação Externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, topo de edificações, fachadas, caixas d'água etc.

XII - Instalação Interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, shopping centers, aeroportos, estádios etc.

Art. 3º. A aplicação dos dispositivos desta Lei rege-se pelos seguintes princípios:
I - o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade pública e relevante interesse social;

II - a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios ou ao Distrito Federal imporem condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados;

III - a atuação do Município não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo.

Art. 4º. As Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são consideradas bens públicos e relevante interesse social, conforme disposto na Lei Federal nº 13.116/2015 - Lei Geral de Armas, podendo ser implantadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei, além de observar os gabaritos de altura estabelecidos na Portaria do DECEA nº 145, nº146 e 147/DECEAde 3 de agosto de 2020, do Comando Aeronáutico, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 5º. Os equipamentos que compõem a Infraestrutura de Suporte e Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, a ETR móvel e a ETR de pequeno porte, não são considerados áreas construídas ou edificações para fins de aplicação do disposto na legislação de uso e ocupação do solo, não se vinculando ao imóvel onde ocorrerá a instalação.

Art. 6º. O cadastramento de natureza auto declaratória, a que se refere o caput, substancia autorização do Município para a instalação da Infraestrutura de Suporte e Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, no ato do protocolo dos documentos necessários, tendo por base as informações prestadas pela Detentora.

Art. 7º. A taxa para o cadastramento será paga no ato do protocolo do respectivo requerimento, na importância de 100 (cem) UFM, ajustado anualmente pelo IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 8º. O cadastramento deverá ser renovado a cada 10 (dez) anos ou quando ocorrer a modificação da Infraestrutura de Suporte instalada.

Art. 9º. A alteração de características técnicas decorrente de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica não caracteriza a ocorrência de modificação para fins de aplicação do § 3º, observado o seguinte:
I - remanejamento é o ato de alterar a disposição, ou a localização dos elementos que compõem uma estação transmissora de radiocomunicação;

III- modernização é a possibilidade de inclusão ou troca de um ou mais elementos que compõem uma Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, com a finalidade de melhoria da prestação de serviços de utilidade pública operacional.

§3º - Em não havendo a manifestação dos órgãos responsáveis no prazo referido no caput, o Município expedirá imediatamente a Licença de Instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, baseado nas informações prestadas pela Detentora, com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, e no atestado técnico ou termo de responsabilidade técnica atestando que os elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR atendem a legislação em vigor.

CAPÍTULO III
DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 8º. Visando à proteção da paisagem urbana a instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, em bens privados ou bens públicos de uso especial ou dominiais, deverá atender a distância de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, em relação às divisas do imóvel ocupado, contando a partir do eixo para a instalação de postes ou da face externa da base para a instalação de torres.

Art. 9º. - As restrições estabelecidas no Caput deste artigo, não se aplicam à Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR e à ETR de pequeno porte, edificados ou a edificar, implantadas no topo de edificações.

Art. 10. A instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR de pequeno porte, com contêiner e mastros, no topo e fachada de edificações, obedecerá às limitações das divisas do terreno que contém o imóvel, não podendo ter edificação vertical que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

Art. 11. Os equipamentos que compõem a Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos estabelecidos em legislação pertinente.

Art. 12. O compartilhamento das Infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 13. Nenhuma Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte poderá ser instalada sem a prévia licença ou do cadastro tratado nesta Lei, ressalvada a exceção contida no art. 6º.

Art. 14. Compete Secretária Municipal de Obras e Urbanismo responderem ao Município por fiscalização a ação fiscalizatória referente ao atendimento das normas previstas nesta lei, a qual deverá ser desenvolvida de ofício ou mediante notícia de irregularidade, observado o procedimento estabelecido neste capítulo.

Art. 15. Constatado o descumprimento das obrigações e exigências legais, a detentora ficará sujeita às seguintes medidas:
I - no caso de ETR previamente licenciada e de ETR móvel ou ETR de pequeno porte previamente cadastradas:
a) intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento;

Art. 16. Na hipótese de não regularização ou de não remoção de ETR ou da infraestrutura de suporte por parte da detentora, a Prefeitura poderá adotar as medidas para remoção, cobrando a infratora os custos correlatos, sem prejuízo da aplicação das multas e demais sanções cabíveis.

Art. 17. As notificações e intimações deverão ser encaminhadas à detentora por mensagem eletrônica indicado no requerimento da licença ou no cadastro, quando houver.

Art. 18. O Executivo poderá utilizar a base de dados, disponibilizada pela ANATEL, do sistema de informações públicas e relevante interesse social, conforme disposto na Lei Federal nº 13.116/2015 - Lei Geral de Armas, podendo ser implantadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei, além de observar os gabaritos de altura estabelecidos na Portaria do DECEA nº 145, nº146 e 147/DECEAde 3 de agosto de 2020, do Comando Aeronáutico, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 19. Os profissionais habilitados e técnicos responsáveis, nos limites de sua atuação, responderão pela correta instalação e manutenção da infraestrutura de suporte, segundo as disposições desta lei, de seu decreto regulamentar e das Normas Técnicas - NTs vigentes, bem como por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências de projeto, execução, instalação e manutenção.

Parágrafo único. Caso comprovada a inveracidade dos documentos e informações apresentados pelos profissionais habilitados e técnicos responsáveis, bem como a deficiência do projeto, execução, instalação e manutenção em razão da atuação ou omissão desses profissionais, a Prefeitura bloqueará o seu cadastramento por até 5 (cinco) anos em novos processos de licenciamento, comunicando o respectivo órgão de classe.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. As Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, que estiverem instaladas na data de publicação desta lei e não possuírem autorização competente, ficam sujeitas ao atendimento das presentes condições nesta Lei, devendo a sua Detentora promover o Cadastro, a Comunicação ou a Licença de Instalação referidos nos artigos 5º, 6º e 7º.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições contrárias.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. Av. Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.204-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136

SUMULA: CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA E ESTABELECE MEDIDAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO, À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, VISANDO A CONSOLIDAÇÃO DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL-PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. A presente lei cria o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia e estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico de Laranjeiras do Sul, visando a consolidação do Ecossistema de Inovação e Tecnologia, o estímulo à inovação no setor produtivo e a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei considera-se:
I - Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

Art. 3º. Fica instituída a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinada a promover e estimular a inovação, o empreendedorismo, a pesquisa e a qualificação científica e tecnológica no município de Laranjeiras do Sul.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de Laranjeiras do Sul, com vistas:
I - à promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social;

entre outros, instituições de ciência e tecnologia (ICT), parques tecnológicos (SEPARTEC), cidades inteligentes, ciências experimentais, distritos de inovação e polos tecnológicos; e
b) mecanismos de geração de empreendimentos: mecanismos promotores de empreendimentos e negócios inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes com base no conhecimento, baseados em diferenciais tecnológicos ou design, e que buscam a solução de problemas ou produtos governamentais, sociais, produtivos e ambientais, oferecendo suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos, design, serviços e processos;

III - Risco Tecnológico: possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação;

IV - Produto, Processo, Design ou Serviço Inovador: resultado de aplicação substancial de conhecimentos, inclusive científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício governamental, social, econômico e ambiental;

V - Agência de Fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

VI - Instituição Científica e Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, design, serviços ou processos;

VII - Startup com base no conhecimento: empresa legalmente constituída nos termos da legislação vigente, cujos produtos, design, processos ou serviços sejam predominantemente decorrentes dos resultados de suas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de inovação;

a) constituída há menos de sessenta meses, e cuja formação não tenha sido decorrente de cisão, fusão, incorporação ou aquisição de valores;

b) cuja receita bruta não ultrapasse o valor do maior limite de que trata o inciso II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou leis que a sucedam e correlatas;

c) cujo contrato social ou regime de empresário estabeleça que a distribuição de dividendos somada à distribuição de juros sobre o capital próprio não excederá 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício;

d) cujo contrato social ou regime de empresário estabeleça que não haverá criação de partes beneficiárias;

e) cujas despesas de pesquisa e desenvolvimento sejam iguais ou superiores a 20% (vinte por cento) da receita bruta, sendo excluídas dessas despesas os valores decorrentes à formação de ativo imobilizado;

f) cujo somatório de pró-labore pago aos sócios não ultrapasse o teto do funcionalismo público estadual, e mais do que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da empresa;

VIII - Startup de natureza incremental: a empresa de caráter inovador que visa a aperfeiçoar produtos, métodos ou modelos de negócios, de produção, de serviços ou de produtos já existentes, nos termos das alíneas "a" a "f" do inciso VII deste artigo;

IX - Startup de natureza disruptiva: a empresa de caráter inovador que visa a criação de algo totalmente novo em relação a sistemas, métodos ou modelos de negócios, de produção, de serviços ou de produtos, nos termos das alíneas "a" a "f" do inciso VII deste artigo;

X - Empresa com base no conhecimento: empresa legalmente constituída no Estado do Paraná cujos produtos, design, processos ou serviços sejam predominantemente decorrentes dos resultados de suas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de inovação;

XI - Parque Tecnológico: complexo de entidades inovadoras, científicas e tecnológicas, públicas ou privadas ou do terceiro setor, organizadas para promover a cultura e a prática colaborativa visando à inovação, a geração de novos negócios, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento da economia baseada no conhecimento;

XII - Incubadora de Empresas com base no conhecimento: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como estrutura a realização de atividades voltadas à inovação;

XIII - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação, e, por competências mínimas, as atribuições previstas nesta lei;

XIV - Fundação de Apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, registrada e credenciada nos termos da legislação pertinente;

XV - Criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, tecnologia, modelo de negócio, novo método ou novo processo de produção ou qualquer outro desenvolvimento tecnológico, obtidos por um ou mais criadores, que gere ou possa gerar novo processo, produto, serviço ou aperfeiçoamento incremental;

XVI - Criador: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação;

XVII - Pesquisador público: agente público com vínculo permanente com a Administração Pública Estadual que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XVIII - Inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

XIX - Sistema Paranaense de Inovação: conjunto de organizações e entidades públicas ou privadas ou do terceiro setor que no Estado do Paraná colaboram em interação, e aplicam recursos para a realização de atividades orientadas à geração, difusão e utilização de conhecimentos, inclusive científicos e tecnológicos, que propiciem produtos, design, processos e serviços inovadores;

XX - Sociedade de Propósito Específico: entidade de direito privado criada pela associação entre órgãos do Estado do Paraná e empresa privada ou consórcio de empresas, para a realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, visando à obtenção de produto, design, processo ou serviço inovador;

XXI - Consórcio Público de Inovação: associação criada sob a égide do § 6º do art. 218 e do art. 219A, ambos da Constituição Federal, e Lei Federal nº 1.117, de 6 de abril de 2015, e subseqüentes e correlatas, de natureza jurídica de direito público ou privado, entre órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná e outros entes federativos, órgãos e entidades públicas e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidades instaladas, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira, assumida pelo ente beneficiário, na forma da Lei;

XXII - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação: colaboração entre ativos de ciência, tecnologia e inovação atuando em projetos estratégicos para o Estado do Paraná, visando promover o intercâmbio de conhecimento e a geração de inovações e novos negócios;

XXIII - Capital Semente: modelo de financiamento dirigido a projetos empresariais em estágio inicial ou em fase de projeto de desenvolvimento, antes da instalação do negócio, no qual um ou mais grupos interessados investem os fundos necessários para o início do negócio, de maneira que ele tenha fundos suficientes para se sustentar até atingir um estado no qual consiga manter-se sozinho ou receber novos aportes financeiros;

XXIV - Polo Tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos especializados, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar a serviços, nos termos de regulamentação;

XXV - Extensão Tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

XXVI - Bônus Tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da Administração Pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar a serviços, nos termos de regulamentação;

XXVII - Prêmio Tecnológico: prêmio em pecúnia ou apreciação em pecúnia ofertado a startups com base no conhecimento, previsto em plano de ações de órgãos e entidades da Administração Pública, referente à autorização de uso prévio de infraestrutura, móveis e equipamentos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, e contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando estes forem insumos para desenvolvimento do projeto, nos termos do regulamento próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná;

XXVIII - Capital Intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XXIX - Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos - SEPARTEC: instrumento articulado dos Parques Tecnológicos estabelecidos no Estado do Paraná, integrando os ambientes promotores de inovação, responsável por criar condições favoráveis para o desenvolvimento da inovação e de novos negócios;

XXX - Terceiro Setor: pessoa jurídica de natureza privada, sem fins lucrativos e que presta serviço de caráter público;

XXXI - Inovação do Serviço Público: desenvolvimento, por agentes públicos ou privados, de novidade ou aprimoramento em serviços, design, processos ou produtos fornecidos pelo poder público, no exercício de suas competências para a satisfação direta ou indireta de direitos fundamentais e outras prestações do Estado à sociedade no exercício de suas atividades institucionais;

XXXII - Inovação Colaborativa no Serviço Público: prática da Administração Pública Direta e Indireta em dar publicidade por meio de chamamento público ou ainda pela modalidade de parceria, a adoção de gestão para startups com base no conhecimento, buscando soluções a partir dos problemas ou finalidades públicas expostas, para criação e desenvolvimento de serviços públicos inéditos ou que contemplem potencial de inovação, sob as premissas de incerteza no processo inovativo e não vinculação da administração à aquisição de produtos e serviços resultantes das atividades de pesquisa e desenvolvimento, previstas em edital próprio;

XXXIII - Encargamento Tecnológico: contratação direta mediante dispensa de licitação, de ICT pública ou privada, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacidade tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, design, serviço ou processo inovador.

CAPÍTULO VI
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (PMCTI)

Art. 3º. Fica instituída a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, destinada a promover e estimular a inovação, o empreendedorismo, a pesquisa e a qualificação científica e tecnológica no município de Laranjeiras do Sul.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Município de Laranjeiras do Sul, com vistas:
I - à promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social;

II - à promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - à promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado, instituições de ensino e pesquisa, e entre estes com o terceiro setor;

IV - Ao apoio e incentivo às atividades empreendedoras de base tecnológica e inovação;

V - Ao estímulo à criação de inovação nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, constituição e a instalação de ambientes de inovação;

VI - À promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VII - Ao incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

VIII - À promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

IX - À simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação;

X - A busca pelo melhor resultado qualitativamente considerado, para o desenvolvimento socioeconômico do município de Laranjeiras do Sul.

CAPÍTULO III DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE EMPREENDEDOR E DE INOVAÇÃO

Art. 5º - O Município poderá estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, envolvendo empresas, ICTs, entidades privadas sem fins lucrativos e ambientes de inovação, como incubadoras, aceleradoras, parque tecnológico.

CAPÍTULO VI DOS MECANISMOS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

Art. 6º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 7º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 8º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 9º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 10º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 11º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 12º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 13º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 14º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 15º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 16º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 17º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 18º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 19º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 20º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 21º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 22º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 23º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 24º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 25º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 26º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 27º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 28º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 29º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 30º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 31º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 32º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 33º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 34º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 35º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 36º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 37º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 38º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 39º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 40º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 41º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 42º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 43º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 44º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 45º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

Art. 46º - O município poderá criar e apoiar, a implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, incluindo pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras de empresas, parques e polos tecnológicos como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.

IV - Pagamento de despesas para promover a participação de agentes públicos, profissionais, empreendedores e representantes de empresas locais em missões nacionais e internacionais, congressos, seminários, feiras e eventos relacionados a atividade empreendedora, desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovador;

V - Desenvolvimento de sites, mídias sociais, campanha institucional e material gráfico, com o objetivo de divulgar a cultura e eventos de inovação, bem como promover diferenciais competitivos do Município de Laranjeiras do Sul para fomentar a atração de novas empresas.

Parágrafo único. Regulamentações necessárias referentes às condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica serão expedidas mediante resoluções do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia.

Art. 15 - O Município de Laranjeiras do Sul, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará o acesso de inovação nas empresas, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, a concessão de apoio financeiro, de incentivos fiscais e subvenção econômica.

§1º - A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica e financiamento, visando ao desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.

§2º - A concessão da subvenção econômica prevista no § 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.

§3º - O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 16 - O Município de Laranjeiras do Sul promoverá e incentivará a pesquisa, o desenvolvimento de produtos, design, serviços e processos inovadores, em empresas brasileiras e em entidades de direito privado sem fins lucrativos, criadoras e inventores independentes, startups, spin-offs e empresas com bom conhecimento, consórcio público de inovação e entidades brasileiras do terceiro setor, mediante concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos e destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades das políticas industrial e tecnológica do município.

Art. 17 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão promover inovação colaborativa no serviço público, voltadas à resolução de problemas concretos pertencentes à Administração Pública Municipal, por meio de startups e empresas com base no conhecimento, relativo a produtos, design, serviços e processos inovadores comprovados ou em desenvolvimento, na forma estabelecida pela legislação federal.

Art. 18 - O Poder Público Municipal poderá alocar, em seu orçamento, recursos para a operação e manutenção de ambiente promotores de inovação, inclusive, espaços maker, coworkings, pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras, e centros de inovação e tecnologia.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 - Para a consecução dos objetivos de que trata esta Lei, o Município poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e contratos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal, estadual e municipal bem como, com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de ensino superior, fundações de apoio às instituições de ensino superior, entidades privadas sem fins lucrativos de apoio ao empreendedorismo e inovação, entidades empresariais, instituições de fomento, investimento ou financiamento.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 04 de junho de 2024.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 253/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Sereia Chaves de Cordova Junior, Dentista, Dentista de 1ª ESP, J-01, JA-01.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 04 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 260/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Jonathan Ferreira Arruda Rocha, 8º, Oficial Administrativo I.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 261/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Jonathan Ferreira Arruda Rocha, 8º, Oficial Administrativo I.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 262/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Raquel Borin, 9º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 263/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Raquel Borin, 9º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

ANEXO I a) Cédula de Identidade; b) CPF em situação regular perante a Receita Federal e compatível com a Certidão de Nascimento ou Casamento; c) PIS/PASEP - 6/13 do PIS e conta salário na Caixa Econômica Federal; d) Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição; e) Certificado de Reservista (se do sexo masculino); f) Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos; g) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso); h) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos; i) Carteira de Trabalho (parte da foto, frente e verso, e o último contrato); j) Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC; k) Declaração de não acumulação de cargo, com firma reconhecida (em original), nos termos do art. 37 da Constituição Federal (modelo no RH); l) Declaração quanto ao Exercício de outro Cargo, emprego ou função pública, e sobre recebimento de proventos decorrente de aposentadorias, pensão e outras rendas; m) Declaração do Órgão Público a que esteja ou tenha sido vinculado, em qualquer tempo, de que não sofreu penalidades por práticas de atos desautorizados no exercício da Função Pública; n) Duas fotos 3x4 recentes; o) Declaração de bens e direitos (caso esteja obrigado); p) Demais documentos solicitados: CNH ou Carteira de Registro Profissional; q) Exame de Antecedentes Criminais; r) Comprovante de residência, atualizado (90 dias); s) Exame Admisional.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Rua Exp. João Maria 1020 - Centro - CEP: 85301-410 CNPJ: 76.205.970/0001-95 Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 262/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO 1.º - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Municipal de n.º 001/2023, homologado através do Edital de Homologação de n.º 014/2023 de 22/11/2023, para assumir a vaga para o cargo a que foi habilitada.

2.º - A candidata deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos no Edifício da Prefeitura Municipal, sito à Rua Expedicionário João Maria, n.º 1020, Centro, CEP: 85301-410, entre os dias 10 de junho a 21 de junho de 2024, em horário normal de expediente.

3.º - A candidata classificada deverá apresentar-se portando as cópias dos documentos conforme o Anexo I para Nomeação, sob o Regime Jurídico ESTATUTÁRIO de acordo com o Item n.º 19 do Edital de n.º 001/2023.

4.º - O não comparecimento no local e até a data estabelecida no Artigo 2.º, implicará na perda dos direitos advindos do Concurso.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 263/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Claudineia Rodrigues Demenek, Afo, 10.º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 263/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Claudineia Rodrigues Demenek, Afo, 10.º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 264/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Claudineia Rodrigues Demenek, Afo, 10.º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 264/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Claudineia Rodrigues Demenek, Afo, 10.º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 264/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Raquel Borin, 9º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 07 de junho de 2024.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 264/2024 O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal de n.º 048/2019 de 09/12/2019,

RESOLVE: CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL ao Servidor abaixo relacionado, em razão de habilitação e preenchimento dos requisitos necessários por parte do mesmo, a contar de 01 de junho de 2024, conforme abaixo relacionado.

Table with 5 columns: NOME, DO CARGO DE, PARA O CARGO, DO NÍVEL, PARA O NÍVEL. Row: Raquel Borin, 9º.

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85530-000 Fone: (43) 3837-1848

DECRETO N.º 99, DE 07 DE JUNHO DE 2024. Concede Afastamento Para Servir a Outro órgão ou Entidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ESPECIALMENTE O DISPOSTO NO ARTIGO 105, I e § 1º DA LEI Nº. 374/2004 DE 25 DE MAIO DE 2004 E SUAS ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº. 893/2012 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012,

RESOLVE: Art. 1º - CONCEDER Afastamento Para Servir a Outro órgão ou Entidade a Servidora Pública Municipal Sra. ANDRESSA NAIRNE, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.964.204-1 SSP/PR e CPF 084.413.229-29, ocupante do cargo efetivo de Professora, para prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Educação de Palmital, com ônus para o município de Palmital, com início em 05 de junho de 2024.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 05 de junho de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 07 de junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Teste Seletivo Público Simplificado nº 001/2024. Edital nº 012/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Teste Seletivo Público Simplificado nº 001/2024. Edital nº 012/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Anexo I - Relação dos Convocados. Lista de nomes e CPFs.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Anexo II - Documentos Necessários para Contratação. Lista de requisitos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Anexo III - Documentos Necessários para Contratação. Lista de requisitos.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Edital Pregão Presencial nº 20/2023. Contrato nº 30/2023.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Edital 012/2024. Edital Pregão Presencial nº 20/2023. Contrato nº 30/2023. Termos Aditivos.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Contrato nº 35/2021. Dispensa de Licitação nº 25/2021. Termo Aditivo.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Contrato nº 03/2021. Dispensa nº 02/2021. Termo Aditivo.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Contrato nº 21/2023. Tomada de Preços nº 02/2023. Termo Aditivo.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Contrato nº 21/2023. Tomada de Preços nº 02/2023. Termo Aditivo.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Contrato nº 21/2023. Tomada de Preços nº 02/2023. Termo Aditivo.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 34/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 35/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 36/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 37/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 38/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 39/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 40/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ. Extrato de Publicação de Edital de Registro de Preços nº 41/2024. Pregão Eletrônico SRP nº 12/2024.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for pneu and rodovia.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 373.261,50 (trezentos e setenta e três mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2024 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 1212024

DETERNORA DA ATA: RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA ME CNPJ nº 53.389.968/0001-84

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E ACESSÓRIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: 06/06/2024 a 05/06/2025.

VALOR: RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for pneu and acessórios.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 3.704,20 (três mil setecentos e quatro reais e vinte centavos). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes item for fluoreto.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 3.704,20 (três mil setecentos e quatro reais e vinte centavos). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2024 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 1212024

DETERNORA DA ATA: ZEUS COMERCIAL LTDA CNPJ nº 54.846.358/0001-44

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E ACESSÓRIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL.

VIGÊNCIA: 06/06/2024 a 05/06/2025.

VALOR: ZEUS COMERCIAL LTDA

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for pneu and acessórios.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 18.614,00 (dezoito mil e cento e quarenta e quatro reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for pneu and rodovia.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 6.824,00 (seis mil e oitocentos e vinte e quatro reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for pneu and acessórios.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 166.172,00 (cento e sessenta e seis mil cento e setenta e dois reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

DECRETO Nº 089/2024

EMENTA: Nomeia membros do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Municipal Maria de Lourdes de Oliveira.

O Senhor EMANUEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica por meio deste instrumento nomeado o Conselho Consultivo da Reserva Biológica Municipal Maria de Lourdes de Oliveira, em consonância com o Decreto nº 039/2022, sendo os mesmos das seguintes áreas:

Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo Titular: Eudjerjan Pagliari Suplente: Henrique Wedderhoff Herrmann

Setor Jurídico Municipal Titular: Elias Souza Bandeira Suplente: Michele de Matos Kosmoski

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER Titular: Thiago Ruppenthal Bobato Suplente: Leandro Guimarães dos Santos

16º Batalhão de Polícia Militar de Porto Barreiro Titular: Claudécir de Oliveira Garcia Suplente: Aletir Navarro

Instituto Água e Terra - IAT Titular: Aline Hiattki Suplente: Caroline Rech

Sociedade Civil Titular: Francisilaine Tosati Suplente: Dilmar Zortea

Art. 2º. Revoga-se as disposições em contrário, em especial no que se refere ao decreto 069/2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 07 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Assinado de forma digital por EMANUEL VANDERLEI VOLFF 64410412949 Dades: 2024.06.07 11:31:34 -03'00'

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 1192324 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2024

Empresa Contratada: ELETRO INSTALADORA GET LTDA EPP CNPJ nº 81.044.547/0001-90

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÕES DE ENERGIA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO.

Valor do Contrato:

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for energia and padrao.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for energia and padrao.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 142024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2024

Empresa Contratada: V. VIEIRA AMARO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO CNPJ nº 03.716.848/0001-09

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS INCLUSAS NO PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ.

Valor do Contrato:

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for brinquedos.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 3.540,00 (três mil e quinhentos e quarenta reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro, CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010 www.portobarreiro.pr.gov.br

Table with 10 columns: Item, Produto/Serviço, Marca, Modelo, UN, QTD, Preço, Preço total. Includes items for brinquedos.

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 4.628,00 (quatro mil seiscentos e vinte e oito reais). Para: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná. Porto Barreiro, 06 de junho de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLFF Prefeito Municipal CPF: 644.104.129-49

* Não pode ser vendido separadamente Suplemento integrante da edição 4408 do Jornal Correio do Povo do Paraná

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos. Manoel Vanderlei Volff, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO - PR. Dispensa Eletrônica nº 07/2024. Termo de Homologação. Fornecedor: ELETRO INSTALADORA GETEL LTDA - 81.044.547/0001-90.

Table with columns: Lote, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos. Manoel Vanderlei Volff, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO - PR. Pregão Eletrônico nº 12/2024. Termo de Homologação. Fornecedor: RODOKAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - 53.389.965/0001-84.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos. Manoel Vanderlei Volff, Prefeito Municipal.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Lote, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO - PR. Pregão Eletrônico nº 12/2024. Termo de Homologação. Fornecedor: MGB PNEUS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA - 20.183.508/0001-80.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

Table with columns: Item, Quant., Un., Marca, Modelo, Unidade Ajustada, Total Ajustado, Unidade Orçato, Total Orçato, Econ. %, Economia R\$. Includes a summary table 'TOTAL GERAL DO PROCESSO'.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO - ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO - ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010.

DECRETO Nº088/2024. O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA: Fica por meio deste instrumento nomeado o Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Professor Saldino Léo Wobeto, sendo os mesmos das seguintes áreas: Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo; Setor Jurídico Municipal; Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO - ESTADO DO PARANÁ. Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000. CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010.

DECRETO Nº087/2024. O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA: Renomeia membros do Conselho Gestor da Estação Ecológica Municipal Paulo Pinto de Oliveira e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ. Extrato de 1º Aditivo de Contrato para Fins de Publicação. Contrato nº: 144/2023/PMEL.

PREFEITURA MUNICIPAL ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ. Extrato de 1º Aditivo de Contrato para Fins de Publicação. Contrato nº: 059/2024/PMEL.

Prefeitura do Município de Cantagalo - ESTADO DO PARANÁ. Rua Candelária, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185. Aviso de Licitação Pregão Eletrônico Nº-47/2024-PMC.